

## Os integralistas e o golpe de 1964<sup>1</sup>

Texto publicado em *História & Luta de Classes*, n. 1, ano 1, p. 55-76

Gilberto Calil<sup>2</sup>

O objetivo deste artigo é discutir a participação do movimento integralista no processo de mobilização política e de articulação civil e militar que desencadeou o golpe de Estado de 1964. De início ressalta-se a perspectiva de compreender o golpe de 1964 não como mera conspiração militar, mas como produto de uma vasta mobilização e articulação que envolveu os principais segmentos da classe dominante brasileira e suas mais destacadas organizações no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, com apoio direto dos Estados Unidos. Certamente não é possível aqui discutir o sentido histórico mais geral do golpe, sua relação com a crise de acumulação capitalista no Brasil e com o desenvolvimento da luta de classes. Ainda assim, é importante destacar o acirramento da luta de classes durante o período do governo Goulart, com evidentes desdobramentos nas diferentes organizações da sociedade civil. Desta forma, se por um lado as mobilizações operárias adquiriam crescente autonomia, os trabalhadores rurais avançavam em sua organização enfrentando os ditames do latifúndio e as mobilizações estudantis politizavam-se crescentemente, por outro, também a burguesia, em suas diferentes frações, se movimentava, agia politicamente e constituía instrumentos de intervenção – como o IPES e o IBAD -, contando com financiamento norte-americano.<sup>3</sup> É neste contexto que se inseriu a intervenção golpista do movimento integralista, constituído na década de 1930 através da Ação Integralista Brasileira (1932-1937) e atuando desde 1945 através do Partido de Representação Popular.

### 1. O integralismo no processo político brasileiro

O movimento integralista foi lançado em 1932 por Plínio Salgado com a publicação do “Manifesto de Outubro”. Constituiu-se como um movimento fascista de massas, registrando-se como partido político em 1934 e chegando a contar com mais de 500.000 militantes. Constituíam-se como organização altamente centralizada, mantendo treinamento militar, uniforme próprio e uma vasta ritualística. Seus militantes juravam fidelidade absoluta e incondicional a Plínio Salgado, “Chefe Nacional” dos integralistas. Defendia uma reorganização corporativista do Estado, de acordo com os moldes fascistas, utilizando-se de um discurso radicalmente anticomunista, antiliberal e ultranacionalista, com forte conteúdo espiritualista.

O movimento integralista teve importante participação no processo que desencadeou o golpe que instaurou o Estado Novo em novembro de 1937. Ainda assim, a Ação Integralista Brasileira teve seu registro cancelado junto aos demais partidos políticos, para decepção da direção integralista. Após uma frustrada tentativa de acordo, os integralistas passaram a conspirar contra Vargas, culminando na chamada “Intentona Integralista” de maio de 1938, quando tentaram tomar o Palácio do Catete. Após a derrota do movimento, diversas lideranças integralistas foram presas e Salgado partiu para o exílio, não sem antes lançar um manifesto aos integralistas pedindo-lhes que se abstivessem de agitações e hipotecassem apoio ao governo Vargas. Salgado permaneceu em Lisboa entre 1939 e 1946.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi produzido a partir de material integrante da tese de doutoramento em elaboração “O integralismo no processo político brasileiro (1945-65)”, desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Profa. Dra. Virgínia Fontes.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Mestre em História do Brasil (PUCRS).

<sup>3</sup> Ver a respeito DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

Com a redemocratização, o movimento integralista rearticulou-se e organizou-se como partido político, através da fundação do Partido de Representação Popular, em setembro de 1945. Em consonância com o novo contexto político, Salgado passou a negar o caráter fascista do movimento, apresentando-o como “democrático”. O PRP abandonou a característica abertamente insurrecional da AIB e os aspectos simbólicos que mais claramente denunciavam seu caráter fascista – uniforme, saudação, juramento de fidelidade ao “Chefe Nacional”, etc. Manteve-se, ainda assim, como movimento fortemente anticomunista, propugnador de um conceito abertamente elitista de democracia, segundo o qual o regime democrático deveria fundamentar-se nas “verdades reveladas” do cristianismo, as quais não poderiam ser submetidas ao sufrágio universal, qualificado como “arbítrio das massas inconscientes”.

A adaptação ao novo contexto político modificou o papel desempenhado pelo movimento. Enquanto nos anos 30 o integralismo se constituía como propugnador da instalação de um Estado fascista e concretamente contribuiu para o processo de centralização política, ainda que a opção de Vargas tenha sido por uma centralização que descartava a mobilização política de massas através de um partido único, a partir de 1945, impossibilitados de propugnar abertamente tal perspectiva, os integralistas passaram a desempenhar claramente um papel de “cães de guarda” da ordem estabelecida, seja através da defesa de restrições ao exercício da democracia, seja através da propaganda e mobilização anticomunista. A aceitação formal da “democracia representativa” não impedia os integralistas de defenderem posições abertamente repressivas – censura política e moral, intervenção em entidades sindicais e estudantis, restrições às liberdades públicas, etc. Ao contrário, consistia em um recuo tático que se tornara necessário em vista do novo contexto político, mas não implicava em uma efetiva alteração do ideário integralista, ainda que determinasse alterações nos métodos e instrumentos de sua intervenção.

Em termos gerais, durante todo o período da chamada Quarta República (1945-1964), os integralistas desempenharam um papel de “cães de guarda” da ordem estabelecida, através da intervenção do Partido de Representação Popular e também de outras organizações voltadas à juventude, às mulheres e aos trabalhadores, e ainda de jornais de circulação nacional, regional e municipal e de uma editora. O aspecto mais destacado desta intervenção era o anticomunismo. O combate ao comunismo pelos integralistas dava-se de diversas formas: disseminação de propaganda anticomunista através de panfletos, folhetos, programas radiofônicos; discursos parlamentares e comícios públicos; produção e publicação de obras anticomunistas; campanha sistemática de denúncia de supostas atividades comunistas e manutenção de um vasto serviço de espionagem da ação dos comunistas, socialistas e militantes sindicais, estudantis e sociais.

Sua base social era constituída fundamentalmente por segmentos da pequena burguesia urbana e rural (entendida de acordo com as proposições apresentadas por Poulantzas, englobando tanto a “pequena burguesia tradicional” -pequenos comerciantes, pequenos proprietários rurais, artesãos -, quanto a “nova pequena burguesia” -trabalhadores assalariados improdutivos, do setor público ou privado).<sup>4</sup> Dentre os eleitores do Partido de Representação Popular destacavam-se os pequenos proprietários rurais (particularmente das regiões de colonização germânica e italiana no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo), comerciantes, trabalhadores do comércio e serviços e profissionais liberais. Seu núcleo dirigente nacional e nos estados era predominantemente constituído por profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros), ainda que também contasse com integrantes de outras frações da pequena burguesia. A participação de setores operários era pouco expressiva e a de camponeses assalariados, praticamente inexistente. Também a participação direta de integrantes da burguesia nos órgãos

---

<sup>4</sup> POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975; POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais*. In: ZENTENO, Raul Benítez. *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 91-116.

dirigentes integralistas era pouco expressiva, embora não totalmente irrelevante. A composição majoritariamente pequeno-burguesa das diversas instâncias da direção partidária, da militância e do eleitorado integralista, ainda que em proporções diferenciadas, nos obriga a refletir acerca das condições que envolvem sua atuação política, em especial sua tendência à heteronomia, ou seja, sua incapacidade de produzir e sustentar um projeto próprio e autônomo frente às classes fundamentais. De acordo com Gramsci, a pequena burguesia “*se caracteriza precisamente pela incapacidade orgânica de criar para si uma lei, de fundar um Estado*”, muitas vezes levando a uma subserviência frente à burguesia: “*A pequena burguesia, mesmo nesta sua última encarnação política que é o ‘fascismo’, revelou definitivamente sua verdadeira natureza de serva do capitalismo e da propriedade agrária, de agente da contra-revolução. Mas revelou também que é fundamentalmente incapaz de desempenhar qualquer tarefa histórica*”.<sup>5</sup> A pequena burguesia define-se sempre, portanto, “*em última instância, em função do conflito principal*”, pois “*os grupos médios não constituem um dos agentes sociais da oposição entre as classes; assim, sua prática política deve aceitar a definição, estabelecida pelas classes antagônicas, das linhas gerais do conflito principal*”,<sup>6</sup> em virtude da “*contradição ideológica própria da classe média: enquanto expressão privilegiada da divisão capitalista do trabalho, tende a ser atraída para o campo ideológico da burguesia: enquanto classe trabalhadora, tende a se solidarizar com o proletariado*”.<sup>7</sup> Tal constatação não significa que sua intervenção política seja pouco relevante, mas apenas que esta se dá sempre articulada ou subordinada a uma das classes fundamentais. Assim, a intervenção de um movimento que arregimenta e mobiliza setores da pequena burguesia para um projeto antioperário e subordinado à ordem vigente é um fenômeno da maior importância na luta de classes, em um contexto no qual, a despeito da situação de clandestinidade do PCB, ocorria uma aproximação entre setores da pequena burguesia e o proletariado em alguns setores, como era o caso do movimento estudantil e o sindicalismo do setor terceário (bancários, comerciários, etc).

A subordinação dos integralistas aos grupos dominantes também é evidenciada pelo estabelecimento de vínculos orgânicos com grupos e entidades de classe representativos de diferentes frações da grande burguesia. O semanário integralista de âmbito nacional *A Marcha*, que circulou entre 1953 e 1965, teve dentre seus principais anunciantes regulares grandes instituições financeiras (Banco Mauá, Banco Hipotecário Gramacho), companhias aéreas (Cruzeiro do Sul, Varig, Panair) e lojas de departamento (Lojas Drago, Casa Valentim). Ressalte-se o caráter abertamente partidário do jornal, o que permite que se compreenda a publicação destes anúncios como forma de apoio político. Ainda mais direto foi o apoio de integrantes da burguesia na constituição da editora integralista Livraria Clássica Brasileira, destacando-se o banqueiro Gastão Vidigal e o industrial Euvaldo Lodi dentre seus principais acionistas. A Livraria Clássica Brasileira publicou as principais obras de Salgado e dos demais autores integralistas, e também traduziu e editou dezenas de obras anticomunistas, reunidas na Coleção Estrela do Ocidente. Algumas destas obras eram compradas em grande quantidade pelo Serviço Social da Indústria para distribuição entre seus associados. A existência destes vínculos não significa que o PRP fosse a opção preferencial de qualquer fração da burguesia brasileira, mas apenas que cumpria um papel que atendia os seus interesses, particularmente pela disseminação do anticomunismo.

---

<sup>5</sup> GRAMSCI, Antonio. O povo dos macacos (2.1.1921). In: *Escritos Políticos*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 32-33.

<sup>6</sup> SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 18.

<sup>7</sup> SAES, Décio. Classe média e política. In: FAUSTO, Bóris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertand, 1991, p. 449-506, p. 452.

Em termos mais estritamente parlamentares e eleitorais, o PRP teve importantes oscilações táticas durante o período de sua intervenção, ainda que mantendo os aspectos centrais de seu projeto. Durante os primeiros anos, estabeleceu aliança preferencial com o PSD, apoiando a candidatura e o governo do General Eurico Dutra. Em 1950, coligou-se à UDN, apoiando a candidatura presidencial de Eduardo Gomes, recebendo em troca o apoio udenista à candidatura de Salgado ao Senado pelo Rio Grande do Sul. Nas eleições estaduais o apoio do eleitorado integralista (que oscilava entre 5 e 8% no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Bahia e São Paulo) era muitas vezes decisivo, e os integralistas o negociavam em troca de secretarias de estado, recursos financeiros para campanha eleitoral ou apoio em eleições municipais. Entre 1952 e 1955, o PRP seguiu uma linha de “independência partidária”, lançando candidaturas próprias, inclusive a candidatura de Plínio Salgado à presidência da República em 1955, a qual obteve 714.379 votos (8,3%). Em 1957, passou a apoiar explicitamente o governo de Kubitschek, recebendo em troca a presidência do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), que conservaria até 1962. Neste período realizou diversas coligações com o PTB, com destaque para a coligação que elegeu Leonel Brizola governador do Rio Grande do Sul e o integralista Guido Mondin para o Senado, tendo integrado o governo Brizola entre 1959 e 1961, ocupando as secretarias da Agricultura e das Obras Públicas e a presidência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1960, apoiou a candidatura presidencial do Brigadeiro Lott (PSD-PTB). Ainda assim, passou a apoiar o governo de Jânio Quadros, permanecendo na presidência do INIC.

## 2 O PRP e o governo João Goulart

Durante a crise política aberta com a inesperada renúncia de Jânio Quadros, a 25 de agosto de 1961, os integralistas manifestaram publicamente suas posições e buscaram intervir na sua resolução. No mesmo dia da renúncia, Salgado discursou no Congresso Nacional defendendo o “*apoio a todas as medidas propostas à Casa no sentido de preservar a dignidade do Poder Legislativo*”.<sup>8</sup> Três dias depois, após o pronunciamento dos ministros militares vetando a posse de João Goulart, Salgado escreveu uma longa carta ao Ministro do Exército, Mal. Odylio Denys, sustentando que um golpe de estado deveria ser evitado, pois serviria aos propósitos do Partido Comunista: “*No atual momento brasileiro, vejo o Partido Comunista organizado de forma a poder atuar no sentido de uma desordem generalizada, cujos efeitos não podemos prever em toda a sua plenitude. Senão vejamos: 1) Do ponto de vista político: levam os comunistas a vantagem de desfraldar a bandeira da legalidade e de pugnar pelo cumprimento da Constituição. (...) Isto pode criar um clima dos mais propícios à ação dos agentes de Moscou, dada a tendência do nosso povo para examinar as questões superficialmente e para submeter ao seu incorrigível superficialismo todas as questões que se lhe oferecem; 2) Sob o ângulo das diferenciações regionais: o caso da posse, ou não, do atual Vice-Presidente da República, será certamente transformado numa reivindicação do Rio Grande do Sul, inflamando as paixões regionalistas (...); 3) (...) Há cerca de cinco anos e com o recrudescimento desde a instalação do comunismo em Cuba, estão funcionando no Brasil escolas de guerrilhas, segundo a técnica e a sistematização de Mao Tsé-tung (...); 4) Em relação à situação social: não se pode negar o descontentamento popular, pelo encarecimento do custo de vida, o que gera disposição para o ingresso de grandes massas em qualquer movimento de desordem; 5) Apreciando o ato de renúncia: vê-se claramente, quer na alegação das causas (“vencido pelos grupos reacionários”), quer no apelo (“operários e estudantes”), que o ex-Presidente, conhecedor da aparelhagem política acima enumerada, sabe quais os efeitos de suas palavras”*.<sup>9</sup> Alegando sua

<sup>8</sup> SALGADO, Plínio. Defesa do Congresso Nacional e conspirações, 25.8.1961. In: *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982, p. 165.

<sup>9</sup> Correspondência de Plínio Salgado a Odylio Denys, s./d. (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro - Correspondências Políticas: Pprp 62.00.00/94).

experiência de “*velho lutador contra o comunismo*”, sugeria ao Marechal que permitisse a posse de Goulart para evitar uma “*revolução comunista*”, impondo-lhe como condições o estabelecimento de uma política externa anticomunista, a formação de um “*ministério de concentração nacional do qual participem todos os partidos políticos*” e a aceitação das Forças Armadas como fiadoras de tais compromissos.<sup>10</sup> Salgado acrescentava que “*em relação à pessoa do atual Vice-Presidente da República, dou meu testemunho pessoal de que se trata de um homem equilibrado, que muitas vezes manifestou sua índole e pensamento conservadores*”.<sup>11</sup> Esta carta foi lida por Salgado na Tribuna da Câmara dos Deputados.<sup>12</sup> A posição então assumida por Salgado visava garantir a manutenção da ordem institucional vigente, e com ela os espaços de intervenção conquistados pelos integralistas, além de garantir a participação do PRP em um eventual ministério de conciliação. Naquele contexto, uma ruptura institucional radical não parecia necessária nem se apresentava vantajosa aos integralistas, sendo preferível obter compromissos de Goulart. Assim, é compreensível o apoio entusiasmado dos integralistas ao golpe parlamentarista, limitando os poderes de Goulart, mas preservando a ordem institucional vigente. Com a posse de Goulart, os integralistas saíam fortalecidos, sustentando que Salgado foi um dos autores da proposta de emenda parlamentarista, o que era confirmado em declarações de parlamentares de outros partidos. Ao mesmo tempo, enquanto via a ascensão de João Goulart à presidência, não perdia oportunidades de lembrá-lo que os votos integralistas foram decisivos para sua eleição em 1960, bem como da carta enviada por Salgado ao Ministro do Exército, assegurando que Goulart seria “*democrata e anticomunista*”.

Efetivada a posse de Goulart, a 7.9.61, e constituído seu primeiro Gabinete, chefiado por Tancredo Neves, no dia seguinte, o PRP tratou, mais uma vez, de buscar a conquista de postos governamentais. Em entrevista ao *Correio Brasiliense*, Salgado voltou a refutar as vinculações de Goulart com o “*comunismo*”: “*acaso o vice-presidente da República, hoje presidente, é um agitador perigoso? Não. E dissemos não porque o sr. João Goulart é um homem de bom senso, tem a mentalidade patriarcal dos estancieiros do Sul e que muitas vezes revelou sua capacidade para contornar crises e tranquilizar o País. Mas, nesse caso, podemos ainda perguntar: o sr. João Goulart adota a ideologia comunista? Também não, pois todos o conhecemos*”.<sup>13</sup> Ao mesmo tempo, criticava a “*ambição desordenada dos chamados ‘grandes partidos’, deixando à margem e descontentes os chamados ‘pequenos partidos’*”.<sup>14</sup> A indicação de Tancredo Neves era entusiasmamente aprovada: “*A escolha do sr. Tancredo Neves para o cargo de Primeiro Ministro do novo regime que se inicia foi uma das mais acertadas. Homem reservado, de atitudes comedidas e pronunciamentos serenos, dignos e oportunos, inspira a confiança de todos. Pelas suas qualidades de jurista e virtudes de caráter está predestinado a um desempenho condigno com o alto cargo para o qual foi indicado*”.<sup>15</sup> Em 23 de setembro, o PRP formalizou seu apoio ao novo governo, reafirmando a proposta de formação de “*uma concentração nacional em que participassem todos os partidos*”.<sup>16</sup> A diretriz afirmava que o partido deveria “*adotar a linha do bom senso neste período de transição (...), não pretendendo se pratique no momento um rigoroso parlamentarismo clássico, cerceando demasiadamente o Presidente da República*”; denunciava os que pretendiam “*implantar no País uma situação de desordem*”; reafirmando que “*no atual instante a maior ameaça contra nossa Pátria é o comunismo*”; e determinava que

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>12</sup> SALGADO, Plínio. Carta ao Marechal Odylio Denys sobre a posse do Vice-Presidente da República João Goulart, 28.8.1961. In: *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.op. cit., p. 168.

<sup>13</sup> Entrevista concedida por Plínio Salgado ao *Correio Brasiliense*, s/d. Original Datilografado (APHRC-FPS 091.003.004).

<sup>14</sup> A palavra de Plínio Salgado em Palestras com o Povo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.9.1961, p. 2.

<sup>15</sup> O premier. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.9.1961, p. 1.

<sup>16</sup> Diretrizes da Presidência Nacional do PRP, 23.9.1961 (APHRC-Pprp 23.09.61/3). Grifos meus.

*“não devemos nos manifestar isoladamente em relação ao Governo Central, aos Governos dos Estados ou aos partidos”*.<sup>17</sup>

A pretensão em ampliar sua participação no governo foi frustrada, mas o partido conseguiu conservar a presidência do INIC, considerado estratégico pela sua importância política e pelos inúmeros cargos de livre nomeação que possuía. Parcialmente contrariados em suas expectativas, os integralistas diminuíram o entusiasmo de seu “apoio” ao governo, passando a veicular algumas críticas. Em novembro, editorial do jornal integralista registrava: *“o novo Governo vai entrar no seu segundo mês de exercício e o povo já começa a dar mostras de impaciência quanto à parcimônia exagerada de sua atividade”*.<sup>18</sup> Um mês depois, o integralista Raimundo Barbosa Lima foi nomeado presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos (IPASE). Em resposta, os integralistas passaram a elogiar Goulart e seu governo, embora ressaltando a política externa independente por ele adotada. No decorrer de 1962, no entanto, os integralistas enfrentaram crescentes dificuldades, com a não liberação de verbas às autarquias que dirigiam e a divulgação de denúncias de corrupção contra os dirigentes do INIC. Este descontentamento incentivou-os a acirrar suas críticas à política externa. Ainda em 1961, um Conclave Nacional do PRP definiu que o partido deveria desencadear mais uma “vasta campanha anticomunista nacional”, tendo como primeiro ponto *“prosseguir, com maior intensidade, a campanha já deflagrada durante o governo do sr. Jânio Quadros, contra a política exterior, continuada pelo atual Gabinete, cujas conseqüências se evidenciam no entusiasmo e no surto interno do comunismo em todo o Brasil”*.<sup>19</sup> A campanha seria desenvolvida através de comícios conferências, manifestações públicas, discursos parlamentares e denúncias contra a “infiltração comunista” na administração pública. A campanha foi inaugurada com um discurso proferido por Salgado na Câmara, tratando do *“mais grave de todos os assuntos de que tomou conhecimento esta Câmara na presente legislatura”*: *“o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a Rússia Soviética”*.<sup>20</sup> Salgado argumentou que *“no plano vermelho para as Américas, o Brasil ocupa lugar de especial destaque”*, concluindo que *“o reatamento das relações diplomáticas com a Rússia revelou a existência em nosso País de um pensamento digno dos acomodados, dos negligentes, dos oportunistas e dos fatalistas”*.<sup>21</sup> Na Câmara, o deputado integralista Oswaldo Zanello (PRP-ES) acirrava a crítica, pedindo abertamente às “classes armadas” que impusessem uma mudança na política externa: *“Resta-nos nesta hora de luto nacional, apelar para o patriotismo de nossas classes armadas, a fim de que resguardem nossas mais puras tradições de brasilidade, procurando reprimir e da forma mais viril a infiltração comunista no Brasil e nas Américas, exigindo do governo, como responsável pela manutenção da ordem interna e da segurança da Nação, que o Brasil se integre novamente no sistema pan-americano, rompendo suas relações com o regime sanguinário, tirânico e opressor de Fidel Castro. O Brasil confia nas suas classes armadas e sabe que elas não lhe faltarão”*.<sup>22</sup> Em novo discurso, Zanello afirmou que *“o governo está mancomunado e orientado pelos comunistas”*, *“facilitando-lhes a ação subversiva, criando no país uma ambiência periculosa de domínio vermelho ou amarelo”*, e exigia a demissão dos comunistas do governo, dos cargos públicos, das cátedras, das classes armadas, dos sindicatos, do Parlamento e do meio estudantil, a proibição da venda de livros “subversivos”, e a própria queda do governo: *“Derrubá-lo é a maior obra de patriotismo que a Câmara poderá fazer. Que os deputados*

<sup>17</sup> As Diretrizes foram publicadas no jornal partidário: Diretrizes do PRP sobre o regime parlamentarista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.10.1961, p. 3.

<sup>18</sup> O Governo existe? *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.11.1961, p. 1.

<sup>19</sup> PRP comanda ofensiva anticomunista no país. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.11.1961, p. 1.

<sup>20</sup> SALGADO, Plínio. Reatamento de relações diplomáticas com a URSS, 29.11.1961. In: *Discursos parlamentares*, op. cit., p.411.

<sup>21</sup> Idem, ibidem, p. 423, 432 e 425.

<sup>22</sup> Apelo de Oswaldo Zanello às Forças Armadas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.3.1962, p. 2.

*providenciem isto antes que esse governinho que está aí tenha tempo de destruir nossas instituições democráticas*".<sup>23</sup> O deputado Abel Rafael (PRP-MG) qualificava o reatamento com a União Soviética como um "crime contra o Brasil e afirmava que *“os russos estão fazendo o que querem em nosso país”*".<sup>24</sup> Esta tese era difundida por *A Marcha*, que denunciava a entrada em massa de agentes soviéticos no Brasil, apelando para *“o presidente da República e o Conselho de Ministros chamarem à razão este irresponsável chanceler San Tiago Dantas”*.<sup>25</sup>

A crítica à política externa do governo Goulart, que em termos gerais seguia e aprofundava a "política externa independente" inaugurada no governo Jânio Quadros, teve uma função relevante para o PRP no período em que ele participava do governo, pois era utilizada como uma compensação oferecida aos seus militantes que discordavam do apoio àquele governo e, ao mesmo tempo, visava impedir que a UDN monopolizasse a crítica de direita contra o comunismo e sua suposta "infiltração" no governo. No entanto, a participação do partido no governo, à frente do INIC e do IPASE, tornou tal discurso cada vez mais contraditório e insustentável, gerando um impasse crescente, só resolvido com o rompimento definitivo, às vésperas das eleições estaduais de 1962.

A partir de junho de 1962, quando o Gabinete chefiado por Tancredo Neves entrou em crise, o PRP passou a criticar abertamente o governo como um todo, não se restringindo mais à política externa, embora ainda tenha conservado os cargos que detinha no governo por mais três meses. No início daquele mês, Abel Rafael defendeu a queda do Gabinete: *“Eu quero derrubar o Gabinete. A casa não quer. Cada qual tem um emprego a pedir, uma verba a liberar, uma estrada a abrir. Enquanto houver institutos, houver empregos, etc., não se derruba ninguém”*.<sup>26</sup> Com a demissão do Gabinete chefiado por Tancredo Neves e a indicação de San Tiago Dantas para o cargo de Primeiro Ministro, os integralistas radicalizaram sua oposição. Salgado discursou criticando o "esquerdismo" de sua gestão no Ministério das Relações Exteriores e encaminhou a declaração de voto do PRP contra a aprovação de seu nome, assinada pelo cinco deputados federais do partido.<sup>27</sup> De acordo com *A Marcha*, *“não é de hoje que o deputado Plínio Salgado, coerente com a doutrina integralista, vem advertindo a Nação para o perigo que representa, em potencial, este homem que até hoje nada fez pelo Brasil a não ser causar-lhe prejuízos morais e materiais”*.<sup>28</sup> O voto pela rejeição da indicação de Dantas representou um passo importante na articulação do PRP com o conjunto das forças de direita, reunidas na Ação Democrática Parlamentar, a qual, contando com 158 deputados federais, dentre os quais os cinco do PRP, fechou questão na rejeição de seu nome.<sup>29</sup> A formação dos dois grandes blocos parlamentares que polarizariam a disputa política no Parlamento nos dois anos seguintes (Ação Democrática Parlamentar e Bloco Parlamentar Nacionalista) levou ao alinhamento natural dos integralistas ao bloco de direita (ADP), tornando irreversível seu afastamento do governo Goulart. A rejeição da indicação de San Tiago Dantas pela Câmara deu origem a uma crise política, cujo passo seguinte foi a indicação, por Goulart, do nome do deputado conservador Auro Moura Andrade (PSD-SP) para o cargo de Primeiro Ministro, apoiada pelos parlamentares integralistas. A aprovação do nome de Andrade foi recebida com grande satisfação pelos integralistas, pois determinaria uma

<sup>23</sup> Discursos Parlamentares. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.3.1962, p. 2. Grifo meu.

<sup>24</sup> Discursos de Abel Rafael, Oswaldo Zanello e Arno Arnt. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.5.1962, p. 2.

<sup>25</sup> Política de San Tiago trampolim para a invasão bolchevista no Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 31.5.1962, p. 1 e 6.

<sup>26</sup> Discurso de Abel Rafael sobre a Moção de Censura ao Ministro San Tiago Dantas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 7.6.1962, p. 2.

<sup>27</sup> Declaração de voto da bancada do PRP, 28.6.1962. In: SALGADO, Plínio. *Discursos parlamentares*, op. cit., p. 197-198.

<sup>28</sup> Com Jânio e depois com Jango o PRP sempre ficou contra San Tiago Dantas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 1.

<sup>29</sup> Por que a ADP vetou San Tiago. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 2.

guinada conservadora do governo Goulart.<sup>30</sup> No entanto, a forte reação popular levou à renúncia de Andrade e aprofundou a crise política. Goulart retomou a iniciativa, indicando Francisco Brochado da Rocha (PTB-RS) à Chefia do Governo, para descontentamento dos integralistas. A aprovação do Gabinete por ele chefiado, contra o voto de apenas 58 deputados, foi uma derrota para o PRP, levando ao seu rompimento definitivo com Goulart.

Dias depois, *A Marcha* responsabilizava Goulart e Brochado pela “subversão da ordem”, supostamente configurada na campanha pela antecipação do plebiscito: “*O plebiscito, de reivindicação justa, passou, nas bocas e nas mãos dos agitadores, a mero pretexto de confusão, demagogia eleitoreira e aberto convite à baderna, à mazorca, à convulsão nacional*”.<sup>31</sup> Confirmada a antecipação do Plebiscito, marcado para 6 de janeiro de 1963, os integralistas passaram a defender o não reconhecimento do Plebiscito e o voto nulo: “*debaixo de pressões de todos os gêneros e modos, o Congresso capitulou, marcando a consulta ao povo para 6 de janeiro. E os integralistas? Só têm uma maneira para se conduzirem em tal plebiscito, não se manifestando nem por uma forma nem por outra. Apenas escrevendo na cédula a palavra Integralismo*”.<sup>32</sup>

O último gabinete parlamentarista, liderado por Hermes Lima, também teve acirrada oposição dos integralistas. No decorrer do segundo semestre de 1962, os integralistas questionavam diretamente a legitimidade daquele governo e denunciavam a existência de um suposto “plano golpista” que seria executado pelo governo ou com sua cumplicidade, argumento que seria desenvolvido durante o ano seguinte e até o golpe de Estado em 1964. Nas eleições estaduais de 1962, os integralistas alinharam-se claramente com os demais grupos conservadores nos principais estados, apoiando as candidaturas de Adhemar de Barros (PSP/SP), Ildo Meneguetti (PSD/RS), Lomanto Júnior (UDN/BA), Paulo Fernandes (PSD/RJ), Virgílio Távora (PSD-CE), João Cleofas (UDN/PE), todos contrários a Goulart. Em São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia, a votação proveniente do eleitorado integralista foi decisiva para a vitória dos candidatos apoiados pelo PRP, pois a diferença de votos foi inferior à votação recebida pela bancada parlamentar do partido. Especialmente expressiva do rompimento com os setores governistas era a participação do PRP na coligação conservadora constituída no Rio Grande do Sul para enfrentar o candidato do então governador Leonel Brizola, de cujo governo o PRP participara por quase três anos, posição mantida nas eleições municipais de 1963, sob a diretriz de “*manter a Ação Democrática Popular e só em último caso, realizar coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro*”.<sup>33</sup> O PRP participou do governo Ildo Meneguetti, assumindo as secretarias da Administração e da Fazenda, as presidências do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e do Instituto de Previdência do Estado, e diretorias da Comissão Estadual de Silos e Armazéns, do Departamento de Imprensa Oficial, da Junta Comercial do Estado e da Caixa Econômica Estadual.<sup>34</sup> Em São Paulo, o apoio a Adhemar de Barros era justificado em nome do anticomunismo: “*A vitória eleitoral de Adhemar de Barros em São Paulo (...) significará um golpe de morte no processo de bolchevização por que passa o país*”, sustentando que “*com Jânio eleito, o Brasil correrá perigo de sangue*”.<sup>35</sup> O PRP participou do governo Adhemar ocupando a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio e a presidência do Instituto de Previdência do Estado, mas teve sua participação reduzida no decorrer do governo.

<sup>30</sup> Comunistas derrotados com a vitória de Auro. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 1.

<sup>31</sup> O Brasil precisa andar. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.9.1962, p. 1

<sup>32</sup> O plebiscito. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.11.1962, p. 3.

<sup>33</sup> Orientação sobre as eleições municipais de 1963, 9.12.1962 (Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular – Documentação do Diretório Regional).

<sup>34</sup> Participação do PRP no governo gaúcho. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, out. 1963, p. 1.

<sup>35</sup> Adhemar e Lacerda unidos contra o comunismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.7.1962, p. 1.



Em junho de 1962, os integralistas lançaram um Manifesto criando o “Movimento de Reconstrução Nacional”, já anunciando uma mobilização mais agressiva contra o governo Goulart: *“Considerando que não se pode mais perder tempo com a política medíocre dos partidos (...) propomos neste instante à Nação Brasileira um movimento no sentido de reconstruir tudo o que sentimos destruído em nossa Pátria, lançamos o Movimento de Reconstrução Nacional. (...) Conclamamos o povo de nossa terra principalmente os pais de família, que pela sua formação cristã são chamados ao bom combate para evitar, enquanto é tempo, as desgraças iminentes que ameaçam o Brasil e ver cerrar fileiras em torno da nossa bandeira em que inscrevemos a trilogia sagrada: Deus, Pátria, Família.”*<sup>36</sup> Este Movimento não prosperou, mas o tom de seu manifesto de lançamento marcaria a intervenção integralista a partir de então, quando os integralistas passariam a propugnar abertamente pela derrubada violenta do governo Goulart, através de um golpe de Estado.

### 3. A campanha anticomunista e a defesa do golpe de Estado

O PRP teve uma intervenção relevante no processo que conduziu ao golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, ainda que esta seja praticamente desconsiderada pela historiografia. Esta intervenção se efetivou tanto através das manifestações públicas do partido nos meses que antecederam o golpe, utilizando-se de manifestos, notas públicas e discursos parlamentares, quanto pela articulação concreta de lideranças integralistas com outros grupos golpistas, sempre tendo como tônica principal o anticomunismo.

A restauração do presidencialismo, determinada pela esmagadora vitória obtida pelo governo no plebiscito de janeiro de 1963, constituiu-se em marco para a adoção de um novo patamar de radicalização do oposicionismo integralista. A partir de então, o governo Goulart seria tratado como um inimigo perigoso, sempre associado ao comunismo, motivo pelo qual jamais se poderia conciliar com ele, tornando progressivamente explícita a opção dos integralistas pela alternativa golpista. Reunido em Convenção Nacional em maio de 1963, o PRP produziu uma Nota Oficial *“considerando extremamente grave a situação brasileira”*, propondo *“uma alta política de bom senso e de equilíbrio”*, para evitar *“que o País venha a cair nas mãos da desordem ou na de uma ordem que suprima as liberdades democráticas”* e permitir que fossem restauradas *“a ordem econômica, a ordem financeira, a ordem social, a ordem política, a ordem administrativa, a ordem moral, a disciplina e a hierarquia dos valores”*.<sup>37</sup> Em setembro do mesmo ano, a Bancada do Partido na Câmara Federal lançou outra Nota, apelando diretamente para a intervenção das Forças Armadas: *“A Bancada do Partido de Representação Popular na Câmara Federal denuncia à Nação Brasileira a existência e funcionamento de um Soviet em nosso País, nos moldes exatos do que se instalou em Petrogrado em 1917, aqui sob o pseudônimo de CGT. (...) Nestas condições, a bancada do Partido de Representação Popular apela para o pundonor, o brio, a honra, o patriotismo, das Forças Armadas, para que evitem, a todo o transe, as desgraças que se prefiguram para a Nação brasileira e alerta o povo de nossa Pátria para que em união sagrada levante nesta última oportunidade de que depende a salvação nacional”*.<sup>38</sup>

A partir de então, as manifestações dos integralistas contra o governo Goulart sucederam-se em ritmo acelerado. Na semana seguinte, Salgado discursou na Câmara, responsabilizando o presidente pelo clima de “agitação” e “desordem”: *“Desde que Sua Exa. assumiu a Presidência da República, recrudesceram as agitações políticas de estudantes, comícios promovidos pelo próprio Presidente da República e garantidos por forças do Exército para lançar o País no*

<sup>36</sup> Plínio em Bauru preconiza a reconstrução do país. A Marcha, Rio de Janeiro, 14.6.1962, p. 1 e 3.

<sup>37</sup> Nota Oficial da Convenção Nacional do PRP, 21.5.1963 (Centro de Documentação sobre a AIB e o PRP – Documentação do Diretório Nacional).

<sup>38</sup> Nota Oficial da Bancada do PRP na Câmara Federal, 24.9.1963 (APHRC-FPS 018.004.002). Grifo meu.

*campo das paixões, da confusão e da ruína, ou temos greves sucessivas que trazem prejuízos de bilhões à Nação. (...) Se existe alguém responsável pela desordem reinante, alguém responsável pelos prejuízos acarretados ao País, pelas greves sucessivas a que estamos assistindo, esse responsável é o Presidente da República. (...) Falta autoridade no atual momento nacional, falta ordem, falta sentido de responsabilidade. (...) Falta ao Chefe da Nação autoridade moral para pretender acordos entre patrões e empregados ou para intrometer-se na vida do Legislativo”.*<sup>39</sup>

No dia seguinte, Salgado encaminhou o voto contrário da Bancada do PRP ao projeto governamental de reforma agrária, qualificando-o como tentativa de destruição da agricultura e da pecuária brasileiras: *“Esta é uma hora dolorosa em que o princípio de autoridade está completamente combalido; em que já não há mais hierarquia e nem disciplina; em que assistimos a inversão dos valores; em que ouvimos teóricos e doutrinadores, metafísicos ou românticos, trazendo mais achas à fogueira em que arde a Nação. Esta hora em que vemos a dissolução completa da orgânica brasileira e, agora, ainda se pretende, depois de sucessivas greves alimentadas pelo próprio poder constituído, ainda se pretende destruir a única coisa que ainda tem alguma organização no Brasil; a nossa lavoura e a nossa pecuária. Este é um momento doloroso da nossa Nação”.*<sup>40</sup>

O deputado Oswaldo Zanello protestou contra a concessão da condecoração do Marechal Tito, apontado como *“o novo Nero, o maior perseguidor da Igreja”*, e apresentou um projeto de Lei declarando-a sem efeito.<sup>41</sup> Na mesma semana, Salgado posicionou-se contra a solicitação governamental de decretação de Estado de Sítio, qualificando-a como *“precipitação dos Ministros Militares”*, *“mesmo amenizado por essa adorável Irmã Paula que aparece em todas as ocasiões em nossa Casa Legislativa, com suas fórmulas conciliatórias, ou trazendo o esparadrapo para curar feridas – o PSD”.*<sup>42</sup> Os deputados perrepistas se revezavam nos discursos contra Goulart. Zanello acusava que *“nunca, jamais, em tempo algum, houve nesse país governo faccioso, medíocre e irresponsável como esse que aí está a infelicitar a Nação e desesperar o povo brasileiro”*<sup>43</sup> e Abel Rafael Pinto considerou a administração de Goulart *“nula”.*<sup>44</sup> Salgado, por sua vez, sustentava que *“o que se está passando no Brasil é absolutamente idêntico ao que se passou na Rússia em 1917”*, agravado pela *“presença em nosso País de uma embaixada cujo governo tem, como ponto de programa, a implantação do comunismo no mundo”.*<sup>45</sup> Ainda em outubro de 1963, Salgado enviou uma *“Mensagem ao Povo Gaúcho”*, sustentando que existiria uma *“ampla infiltração comunista”* no governo federal: *“Homens reconhecidamente comunistas ocupam altos postos no Governo, desde os auxiliares diretos do Presidente da República, aos ministros e presidentes de autarquias. O meio estudantil está dominado pela União Internacional dos Estudantes, com sede em Praga, e subordinada ao Consomol, uma das mais importantes seções do Kominform. O operariado está dominado pela ditadura de um soviete que entre nós tem o nome de CGT. A infiltração na imprensa de elementos vermelhos é notória. Nos círculos do professorado superior e secundário é tão grande*

<sup>39</sup> SALGADO, Plínio. Pronuncia-se contra a demagogia governamental, 30.9.1963. In: *Discursos parlamentares*, op. cit., p. 234-235.

<sup>40</sup> Discurso de Plínio Salgado na Câmara dos Deputados em 1º.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1963, p. 163.

<sup>41</sup> Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 1º.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1963, p. 7495 (APHRC-FPS 015.029.009).

<sup>42</sup> SALGADO, Plínio. A desordem no sistema presidencialista e o Estado de Sítio, 7.10.1963. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 236-237.

<sup>43</sup> Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 10.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1963, p. 7662.

<sup>44</sup> Discurso de Abel Rafael Pinto na Câmara dos Deputados em 10.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1963, p. 7669-7672.

<sup>45</sup> SALGADO, Plínio. Advertência às esquerdas, 24.10.1963. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 239-247;

*a influência de elementos de Moscou, que recentemente num manifesto vibrante de patriotismo, uma centena de professores universitários denunciou à Nação as atividades de mestres no sentido de formarem em seus alunos uma mentalidade comunista*".<sup>46</sup>

A tese de que havia uma revolução em curso fundamentava a argumentação em favor do golpe, tornando necessário o forjamento de um "perigo revolucionário iminente", ainda que para isto fosse necessário denunciar conspirações inexistentes, como fica evidente em um episódio relatado pelo perrepista Antonio Pires, então Secretário da Administração do Rio Grande do Sul: o Chefe da Casa Civil, Plínio Cabral denunciou à imprensa, em janeiro de 1963, que "*estava em marcha um movimento revolucionário, tendo seus articuladores até marcado data para eclodir, adiando-o por duas vezes*", sustentando que "*o Governo do Estado havia abortado o golpe com medidas que tomou de forma secreta, mas que os aventureiros pretendiam levá-lo a cabo no início de janeiro*".<sup>47</sup> A declaração gerou uma crise política, já que a Assembléia Legislativa convocou os secretários da Justiça e da Segurança Pública para prestarem esclarecimentos, o que foi recusado pelos mesmos, visto que sabiam que a denúncia era forjada. Mesmo assim, Pires ofereceu-se para responder pela Secretaria de Segurança Pública e comparecer à Assembléia, junto com José Antonio Zuza Aranha, que passou a responder pela Secretaria da Justiça, conforme relata Pires: "*Fui preparar-me para o embate que ocorreu dia 8 de janeiro. Os subsídios fornecidos por Plínio foram apoucados. Havia tiros de festim e escassa munição. O importante era aproveitar a oportunidade para agitar idéias e pregar na ofensiva. Assim procedi, como relataram os jornais da época. (...) No único e ligeiro encontro entre eu, José Antonio Zuza Aranha e Plínio Cabral para ajustamento dos ponteiros, acordou-se que se fosse necessário nominar o chefe da conspiração, este seria chamado de Otávio. Zuza, no seu depoimento que antecedeu o meu em um dia, confundiu-se e nomeou Osvaldo em vez de Otávio. Tive de confirmá-lo... O certo é que nunca existiu nem Osvaldo nem Otávio. Foi coisa de fértil imaginação... O relevante é que termos aproveitado a ocorrência da opinião pública para o que se passava [sic]. Foi um alerta*".<sup>48</sup>

Nos três primeiros meses de 1964, os deputados federais do PRP proferiram 18 discursos anticomunistas e antijanguistas, de acordo com levantamento da Assessoria Parlamentar do PRP.<sup>49</sup> Em fevereiro, Salgado seguia afirmando que "*no Brasil se processa a preparação de uma guerra civil*".<sup>50</sup> O Diretório Regional do PRP no Rio Grande do Sul reagia, em Nota Oficial, contra os decretos presidenciais anunciados por Goulart no comício da Central do Brasil, considerados peças "*de um terrível esquema de aniquilação da Nação Brasileira*": a encampação das refinarias de petróleo visaria "*dar aos subversivos as condições necessárias à paralisação do país em 24 horas e entregá-lo à sanha revolucionária dos esquerdistas de todos os matizes*", enquanto o Decreto da Superintendência da Reforma Agrária teria "*como objetivo essencial a agitação, o atropelo da propriedade privada e o desmantelamento da produção*".<sup>51</sup>

Uma manifestação especialmente importante no contexto do imediato pré-golpe foi o Manifesto da Bancada do PRP, lançado dez dias antes do desencadeamento da ação militar, "denunciando" "*o agravamento da situação política nacional, tornada mais aguda pelos*

<sup>46</sup> Plínio Salgado ao Povo Gaúcho. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, out. 1963, p. 1.

<sup>47</sup> Apud PIRES, Antonio. *Pelo PRP na política gaúcha*: Depoimento para o CDAIBPRP. Porto Alegre: mimeo, 1997, p. 92.

<sup>48</sup> Idem, ibidem, p. 93. Grifos meus.

<sup>49</sup> Discursos parlamentares anticomunistas da bancada federal do PRP na crise antecedente à Revolução de março-abril de 1964 (20.1 a 31.3.1964) (APHRC-FPS 015.026).

<sup>50</sup> SALGADO, Plínio. O Povo Brasileiro, a reforma agrária, o voto do analfabeto, a Guerra Revolucionária e a legalização do Partido Comunista, 28.2.1964. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 252.

<sup>51</sup> PRP abre baterias contra os decretos presidenciais. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13.3.1964 (CDAIBPRP-Recortes).

*episódios que se desenrolaram no Estado de Guanabara no dia 13 do corrente”, e dirigindo-se à Nação para “alertá-la sobre os perigos que a ameaçam e informá-la sobre a inequívoca posição que adota em sua defesa e das instituições por que se rege”:* “O Brasil se encontra em estado de semi-ocupação pelo Partido Comunista, organização internacional a serviço do imperialismo sino-russo, de caráter ideológico, econômico e militar. Os agentes das potências estrangeiras comandam o assalto final ao Poder. (...) Denunciamos ao Povo Brasileiro, ao seu juízo e ao juízo da História, o atual detentor do Poder Executivo da República, sr. João Goulart, como o principal responsável pela situação acima descrita e pelas conseqüências trágicas que dela decorrerão para o Povo Brasileiro. É hoje o presidente da República elemento chave utilizado pelo Partido Comunista ao assalto ao Poder. A 13 do mês corrente, no Estado da Guanabara, o detentor do Poder Executivo da República, comparecendo a um comício organizado por agitadores, em local proibido, praticou ato capitulado como crime contra a Segurança do Estado, por lei em plena vigência. É a segunda vez que o faz. Ali ouviu, aplaudiu, aprovou e secundou, com suas próprias palavras, pronunciamentos sediciosos contra a Constituição e a ordem jurídica estabelecida nas leis votadas pelo Povo, levando a intranqüilidade, a angústia e o pânico aos lares brasileiros. (...) Não reconhecemos no atual detentor do poder Executivo, autoridade a qualquer título, para nos impor, como pretende, a sua vontade, no que tange à solução de problemas da mais alta complexidade com que se defronta a Nação; nem lhe reconhecemos credenciais próprias ou induzidas. Já não há, portanto, uma dúvida razoável. Os atos e procedimentos do detentor do Poder Executivo da República **não se condicionam mais à Constituição**, seja como Lei Orgânica, seja como instrumento de governo, seja como limitação do Poder. (...) À violência arbitrária, responderemos com a força do Direito, que **legitima a força no Direito**. Por isso mesmo advertimos: ao lado do povo brasileiro, defenderemos até o último alento a liberdade que pretendem roubar-nos. De cidade em cidade, de rua em rua, de casa em casa, palmo a palmo, disputaremos o chão deste país. **A qualquer preço e por todos os meios**. (...) Nem o terror de uma ditadura comunista, nem caudilho algum tripudiará sobre o brio, a honra, o sangue e as lágrimas desta Nação”.<sup>52</sup>

Desta forma, em nome da manutenção da “democracia”, que estaria ameaçada pela permanência de Goulart no poder, os integralistas construíam uma justificação para a ruptura institucional, através da “força legítima”, o que foi reforçado no dia 31 de março, em um discurso de Abel Rafael Pinto, justificando e solicitando abertamente o uso da força para a deposição de Goulart.<sup>53</sup> A constante e crescente manifestação dos integralistas nos últimos meses do governo Goulart inseria-se, certamente, em um contexto mais amplo de mobilização e manifestação dos diferentes grupos de direita. Ainda que muitas vezes as críticas dos integralistas se confundissem com as de outros grupos (em especial, a UDN), deve-se, no mínimo, reconhecer que a intervenção do PRP contribuiu para a obtenção do apoio ao golpe em parcelas da sociedade civil, em especial junto à pequena burguesia.

#### 4. A participação integralista nas articulações e mobilizações golpistas

Paralelamente aos discursos parlamentares, proclamações e notas públicas contra o governo Goulart, os integralistas procuravam estabelecer laços e se articularem com outras forças golpistas, visando uma ação conjunta. No que se refere especificamente aos partidos políticos, a eleição de 1962 nos estados foi um momento decisivo do estabelecimento desta articulação, não apenas através do apoio a candidatos da UDN e dos setores antijanguistas do PSD para os governos da maior parte dos estados, mas, ainda, com o financiamento de

<sup>52</sup> Bancada do PRP lança manifesto sobre a gravidade da situação nacional. *Diário Popular*, São Paulo, 21.3.1964, p. 1 (APHRC-FPS 114.005.REC 64). Grifos meus.

<sup>53</sup> Discursos parlamentares anticomunistas da bancada federal do PRP na crise antecedente à Revolução de março-abril de 1964 (20.1 a 31.3.1964) (APHRC-FPS 015.026).

candidaturas parlamentares do PRP pelo complexo IPES / IBAD (Instituto de Pesquisas Econômicas e Superiores e Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que financiaram candidaturas antijanguistas nas eleições de 1962 e coordenaram a articulação golpista na sociedade civil). Em junho de 1962, uma longa carta confidencial e não assinada, dirigida a Teixeira Coelho (chefe do “Gabinete Militar” de Plínio Salgado) relatava as atividades do complexo IPES / IBAD, sugerindo que o PRP tirasse proveito do esquema: *“Agora vou lhe contar o ‘mapa da mina’ e admiro que, vocês aí no Rio não saibam disso. Por isso, este assunto é confidencial. Logo que foi aprovado, na Câmara dos Deputados, o chamado projeto de remessa de lucros (que contém dispositivos arrojados), as chamadas ‘classes conservadoras’ ou forças da produção (Ass. Comercial, Centro das Indústrias, Federação das Indústrias, etc.) daqui de São Paulo se alarmaram e se entenderam com as congêneres daí do Rio e de Belo Horizonte. Reuniram-se aqui e deliberaram enfrentar o problema, estruturando entidades, para o público, de estudos e pesquisas sociais. Aqui em São Paulo é o IPES (Instituto Paulista de Estudos Superiores), aí no Rio, o INES (Instituto Nacional de Estudos Superiores) e em Minas o IMES (Instituto Mineiro de Est. Sup.). Para uso externo, convidam maiores, políticos, governadores, etc. para palestras e conferências e fazer-lhes sentir as suas preocupações, em face da Frente Parlamentar Nacionalista, de nítida tendência esquerdista e, daí, os receios deles, dessas classes conservadoras. Entretanto, **há uma atividade interna: financiar candidatos, de quaisquer legendas, desde que seja 100% anticomunistas.** A princípio, e na primeira reunião, desses capitães de empresas, daqui, eles fizeram uma ‘vaca que rendeu 300 milhões, e os planos são para atingir um bilhão. Estabeleceram meio por cento, taxativo, sobre os lucros líquidos apurados nos respectivos balanços dessas empresas, desses empresários e maiores da indústria e do comércio, daqui. Aqui, o ‘homem’, encarregado de centralizar essa atividade reservada é o banqueiro Leopoldo Figueiredo. Aí no Rio é o cidadão Ruy Gomes de Almeida. Em B. Horizonte, é um cidadão Pierruti, ou nome parecido. (...) Eu mesmo tive oferecimento de uns 3 ou 4 milhões, para disputar por Mato Grosso. (...) O homem (de certo cumprindo orientação geral deste grupo reacionário, de direita), exige que o candidato assine um compromisso escrito, de seguir a orientação que eles querem... (...) Pelas minhas ligações, estava eu tentando um auxílio substancial, da ordem de 10 a 20 milhões, para o nosso homem, candidato a federal, por aqui, neste pleito [Plínio Salgado]. Acontece que este chefe fez uma brilhante exposição, pela televisão, há cerca de dois a três meses (...) e saiu-se, para nós, brilhantemente. Mas, - acredito - não foi brilhante para essa turma reacionária de direita, pois o nosso candidato declarou, claro e sinceramente que o projeto (respondendo pergunta) de remessa de lucros teve a votação de nosso partido ou melhor, dos deputados do nosso partido (...) Isso, por certo, abespinhou a turma reacionária de direita que está esfriando quanto às possibilidades de auxílio. (...) Aí no Rio, também há o ‘homem’, Ruy Almeida, maioral do INES que, internamente, tem os mesmos propósitos de combate anticomunista, auxiliando candidatos. Também em Minas, o IMES tem os mesmos propósitos. E, assim, em conclusão, sugiro que você entre em ação aí, - arranje uma ligação direta com o cidadão Ruy de Almeida (há um companheiro nosso, do Diretório Nacional que é vice-presidente da Associação Comercial, e ele lhe poderá abrir a porta, para este assunto). Aliás, em Minas, você poderá ter uma conversa séria com o deputado Abel, que, como deputado, tem credenciais para apresentar-se, e deve conhecer, melhor que eu, a posição do IMES, de Belo Horizonte. (...) É preciso descobrir a ‘chave’ do problema e como abrir a porta; conseguido isso, julgo que a Marcha terá um amparo financeiro regular, sério, por via de auxílio ou de recomendações de publicidade. O momento é oportuno, pois a infiltração comunista que tanto os atemoriza, e que está levando nosso país a um plano inclinado para o esquerdismo proporciona recursos idôneos [sic], com que A Marcha poderá contar, para um combate ideológico, sério, à penetração vermelha”*.<sup>54</sup>

<sup>54</sup> Correspondência sem remetente para Teixeira Coelho, 7.6.1962 (APHRC, Pprp 62.06.07/1). Grifos meus.

Ainda que tal correspondência revele que naquele momento o PRP ainda não tinha uma vinculação maior com o complexo IPES/IBAD, indica o rumo que seria buscado pela liderança integralista em busca de financiamento, além de evidenciar que uma liderança integralista de São Paulo estava bastante entrosada no esquema, sugerindo várias possibilidades para que o PRP fosse beneficiado. Uma delas, pelo menos, produziu resultado efetivo: o financiamento da candidatura à reeleição do deputado federal Abel Rafael, pelo IBAD, que se tornou público em agosto de 1963. Abel Rafael, em face de provas irrefutáveis, admitiu as ligações com o IBAD, e tentou explicá-las, de forma “criativa”, “*dizendo que estas se limitaram ao recebimento de uma ajuda em sua campanha eleitoral, a fim de poder enfrentar o predomínio econômico de certos capitalistas [sic] e de uma turma de pelegos que sempre usou o governo e as nomeações do governo, o Banco do Brasil, a LBA e os institutos, a seu talante*”.<sup>55</sup> Admitiu ter recebido “*o auxílio de cédulas, cartazes, faixas, poucos programas de rádio*”, e ainda acrescentou que o IBAD “*não é tão poderoso assim, porque se o fosse já teria comprado seus acusadores [sic]*”.<sup>56</sup> Não encontramos registros de outros candidatos do PRP financiados diretamente pelo complexo IPES / IBAD, mas deve-se ressaltar que é pouco provável que eventuais registros de outras transações tivessem subsistido na documentação. Além disso, provavelmente são provenientes do complexo IPES / IBAD as expressivas verbas pagas por Adhemar de Barros em troca do apoio integralista a sua candidatura em 1962, verbas que foram empregadas para a reeleição de Salgado à Câmara dos Deputados. Adhemar pagou CR\$ 3.000.000,00<sup>57</sup> e o cheque nominal a Salgado foi publicado pelo jornal *Última Hora*. Os integralistas tentaram minimizar sua importância, afirmando que tal valor cobria apenas parte de seus gastos eleitorais: “*Era natural e lógico que o candidato a governador precisasse da propaganda da nossa agremiação, pelo que ela representa como força política e moral. Acontece que, para uma propaganda de relativa envergadura, o PRP não dispõe de grandes recursos. A despesa total de propaganda para governador, vice-governador, senadores, deputados federais e estaduais, efetuada pelo nosso Comitê, foi de CR\$ 8.527.650,00. Era compreensível que o sr. Adhemar de Barros, como candidato ao cargo cuja publicidade era a mais cara, contribuísse com alguma coisa. Assim, recolheu à caixa do comitê, em prestações, a quantia de 3 (três) milhões de cruzeiros, parcela insignificante em face do vulto da campanha*”.<sup>58</sup> Também em outros estados candidatos conservadores, apoiados pelo IPES / IBAD, direcionaram recursos ao PRP, sem que isto tenha se tornado público. É o caso da Guanabara, onde candidatos apoiados pelo PRP a vice-governador (Lopo Coelho-PSD) e ao senado (Gilberto Marinho-PSD e Juracy Magalhães-UDN) pagaram CR\$ 515.000,00 ao PRP, o que representava 65% do total arrecadado pelo partido para a campanha (CR\$ 794.250,00), conforme relatório financeiro interno do Partido.<sup>59</sup>

Em maio de 1963, Salgado escrevia a Egon Renner, deputado estadual do PRP no Rio Grande do Sul e um dos maiores industriais do estado, prevendo o desenvolvimento de um confronto armado: “*O momento brasileiro é de extrema gravidade. A pretexto duma reforma*

---

<sup>55</sup> Deputado diz que o auxílio do IBAD ajudou-o a enfrentar os pelegos. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 9.8.1963 (CDAIBPRP – Recortes)

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>57</sup> Aproximadamente R\$ 160.000,00 em valores dezembro de 2004, conforme conversor disponível em [www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/servicos/pg\\_atualizacao\\_valores.php](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php). Este conversor realiza atualização de valores de acordo com a inflação acumulada segundo o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>58</sup> PRP explica o cheque de Adhemar a Plínio. *Última Hora*, São Paulo, 23.1.1963 (APHRC-FPS 114.004.REC 1963).

<sup>59</sup> Resumo do Relatório Financeiro correspondente às eleições do dia 7 de outubro de 1962 no estado da Guanabara (APHRC-FPS 017.009.002). Segundo o relatório, Lopo Coelho teria pago CR\$ 100.000,00; Juracy Magalhães CR\$ 215.000,00 e Gilberto Marinho 200.000,00.

*agrária demagógica e sem nenhum senso prático, prepara-se uma revolução armada*".<sup>60</sup> O combate aberto ao projeto de reforma agrária de Goulart viabilizou que Salgado fosse tratado como interlocutor respeitável por setores do latifúndio, como exemplifica o telegrama de Paixão Côrtes, Presidente da Associação Rural de Bagé (RS), uma das mais importantes do Rio Grande do Sul, a Salgado: "*Apelamos eminente homem público espírito cívico e patriótico sentido evitar com vossa influência seja alterado texto Constituição impedindo através da já propalada reforma agrária a modificação do nosso regime democrático onde produtores do campo ficariam mercê dos partidos políticos*".<sup>61</sup>

Os integralistas voltaram a receber expressivo apoio de integrantes da grande burguesia para a sustentação de um programa semanal de televisão e o relançamento do jornal *A Marcha*, cuja circulação fora suspensa em 1962. O programa televisivo foi ao ar, semanalmente, entre maio e agosto de 1963. Seu alto custo teria sido financiado pelas "classes conservadoras", embora o apoio tenha sido insuficiente para mantê-lo no ar: "*Resolvi parar o programa. Custa a quantia de 600 mil cruzeiros por mês, para dez minutos por semana. Um amigo daí estava arrecadando fundos para manter o programa. Mas a sabotagem no estúdio é incrível. (...) Além disso, o amigo que está promovendo os meios financeiros não tem tido as facilidades que supunha*".<sup>62</sup> Em janeiro de 1964, Salgado relatava a um correligionário que "*como nossos companheiros não compreendem a importância do nosso jornal **estou providenciando amigos estranhos nosso movimento auxílio mensal para poder tirar nosso semanário***",<sup>63</sup> o que pode indicar relações com o complexo IPES/IBAD.

Em carta a um militante, Salgado defendeu veementemente a ação do IBAD, mesmo afirmando que não tinha recebido nenhum financiamento do órgão: "*Um dos objetivos [dos comunistas] é desmoralizar ou destruir todas as organizações que dificultam a caminhada vermelha. Vem daí a guerra contra o IBAD. Posso falar insuspeitamente e de cabeça erguida, pois não recebi auxílio algum dessa entidade para a minha eleição. Essa foi custeada por um grupo de amigos e ajudada pelos candidatos majoritários que o nosso partido apoiou. Posso, pois, falar a verdade sobre essa infame campanha contra o IBAD. A finalidade é apresentá-lo como corruptor, pelo fato de **ter ajudado homens pobres, mas de bem, inimigos do comunismo**. Eu penso que isso foi serviço à Pátria, numa hora em que os candidatos comunistas esbanjavam dinheiros públicos, dos Institutos de Previdência, da famigerada SUPRA, da Novacap, da moscovita Petrobrás [sic]. Isso, sim, é corrupção, é roubo dos dinheiros do Povo, é desavergonhada maroteira*".<sup>64</sup>

Ao mesmo tempo, havia a preocupação em acompanhar a movimentação dos setores militares que se opunham a Goulart, bem como estabelecer ligação com os mesmos, como explicita uma carta recebida por Salgado em fevereiro de 1964: "*Confirmo minha Carta de 23 do mês passado e envio-lhe com esta um exemplar de um Manifesto que recebi de amigo. (...) Pelo que ouvi de um Capitão do Exército – católico, anticomunista, filho de integralista e nosso simpatizante – parece haver dentro do Exército, um como que arrolamento dos oficiais que não vêem com bons olhos a atitude do Governo e certamente para um fim determinado, talvez dentro do plano do Manifesto de que lhe falei acima*".<sup>65</sup>

Em discurso proferido dez anos depois, Salgado sustentou que ainda em 1963 "*conferenciei com o General Olympio Mourão, combinando um movimento militar apoiado pela*

<sup>60</sup> Correspondência de Plínio Salgado a Egon Renner, 5.5.1963 (APHRC-Pprp 63.05.05/4).

<sup>61</sup> Correspondência de Paixão Cortes a Plínio Salgado, 6.5.1963 (APHRC-Pprp 63.05.06/2).

<sup>62</sup> Correspondência de Plínio Salgado a Paulo Paulista de Ulhôa Cintra, 26.8.1963 (APHRC, 63.08.26/15).

<sup>63</sup> Telegrama de Plínio Salgado a João Voltarelle, 22.1.1964 (APHRC-Pprp 64.01.22/9). Grifos meus.

<sup>64</sup> Correspondência de Plínio Salgado a João Zulian, 23.9.1963 (APHRC-Pprp 63.09.23/18). Grifo meu.

<sup>65</sup> Correspondência de Caetano Souza a Plínio Salgado, 6.2.1963 (APHRC-Pprp 63.02.06/3).

*opinião conservadora do Brasil*".<sup>66</sup> No entanto, não encontramos comprovação deste contato na documentação partidária. A participação de Mourão na conspiração golpista – muitas vezes considerada anedótica ou irrelevante pela historiografia – é considerada decisiva por Héglio Trindade: “O organizador, ex-chefe da milícia integralista, autor do Plano Cohen e ex-capitão do serviço secreto do Exército, Olympio Mourão Filho, é a figura chave do processo de conspiração e do desencadeamento do golpe militar. Sua conspiração solitária e obsessiva começou em Santa Maria (RS), desde início de 1962, quando assumiu o comando do 3º Regimento de Infantaria, após a posse de Goulart como presidente. (...) A partir daí começa o processo de conspiração, denúncia e articulação junto a setores militares e empresariais que prosseguiria, durante o ano de 1963, em São Paulo e Minas Gerais, até o desenlace do golpe a partir de Juiz de Fora. Em suas Memórias, não hesita em afirmar que ‘meu verdadeiro e principal papel consistiu em ter articulado o movimento em todo o país e depois ter começado a revolução em Minas. Se nós não o tivéssemos feito, ela não teria sido jamais começada’”.<sup>67</sup>

Outra evidência da relevante participação integralista no desencadeamento do golpe apresentada por Salgado é o fato de que foi “outro oficial ex-integralista que desencadeou a primeira ação armada no contexto do golpe”. Trata-se do Almirante Hasselman, que enfrentou, “em 25 de março, de metralhadora em punho, um grupo de marinheiros revoltosos que, com a bandeira nacional à frente, se dirigia ao portão de saída do Ministério da Marinha com o objetivo de aderir aos seus colegas de armas que estavam no Sindicato dos Metalúrgicos”.<sup>68</sup>

Embora os eventuais contatos entre Salgado e os conspiradores militares não estejam documentados, parece claro que ao menos nas semanas anteriores ao golpe a direção integralista estava informada, acompanhava de perto e se inseria na articulação e mobilização golpistas. Em 20 e 21 de março ocorreu uma reunião secreta do Diretório Nacional: “Grupo paulista vai pagar passagens líderes Estados sem recursos norte e nordeste. Além disso passagens estados Sul ficarão mais baratas. Reunião **indispensável entretanto informal para simples troca idéias sobre grave momento atravessamos**. Comunique estas explicações dizendo também reunião convocada **tem caráter secreto evitando qualquer repercussão pública**”.<sup>69</sup>

A reunião deu-se em circunstâncias suspeitas: as passagens teriam sido pagas por um “grupo paulista” não identificado; não consta registro algum da reunião no livro de atas do Diretório Nacional, além do fato que parece absurdo de que uma reunião convocada em caráter secreto fosse para “simples troca de idéias”. Todos estes indícios reforçam a hipótese de que esta reunião tenha debatido abertamente a iminência da intervenção militar e efetivação do golpe de estado, e articulado o apoio e participação dos integralistas para sua consumação. Esta hipótese é reforçada, ainda, por uma matéria publicada meses depois pelo *Boletim do PRP* do Rio Grande do Sul, que rememorava: “Em conseqüência da gravidade do momento, o Diretório Nacional do PRP, sob a presidência de Plínio Salgado, convocou, nos dias 20 e 21 de março do corrente ano, uma reunião da Bancada Integralista no Senado e na Câmara Federal, bem como dos Presidentes dos Diretórios Regionais e integrantes dos Legislativos Estaduais. A situação

<sup>66</sup> SALGADO, Plínio. *Despedida do Parlamento*: Discurso proferido na sessão de 3.12.74 pelo Deputado Plínio Salgado. Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1975, p. 15.

<sup>67</sup> TRINDADE, Héglio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon & D’ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 123-141, p. 130-131. A participação de Mourão na conspiração é discutida também em DREIFUSS, op. cit., 373-396 (“A maior conspiração das Américas” do General Olympio Mourão Filho).

<sup>68</sup> Idem, ibidem, p. 132.

<sup>69</sup> Telegrama de Plínio Salgado a Sebastião Navarro, 15.03.1964 (APHRC-Pprp 64.03.15/11). Grifos meus.



*brasileira foi amplamente debatida, deliberando-se lançar um manifesto que, pela sua significação e oportunidade, obteve intensa repercussão em todo o território nacional*".<sup>70</sup>

Outra reunião do Diretório Nacional, desta vez convocada oficialmente, ocorreu a 30 de março. A brevíssima ata deve ser interpretada com precaução, pois há indícios de que tenha sido redigida posteriormente, pois, ao contrário do habitual, as intervenções pessoais não foram transcritas e a discussão foi sumariamente resumida: "*O sr. Presidente em alongada exposição abordou a atual conjuntura nacional, apreciando-a de todos os ângulos e concluindo apresentar-se ela em termos de extrema gravidade, parecendo mesmo, no seu entender, ser impossível fixar quaisquer previsões válidas para o próximo período, eis que nos encontramos em momento de definição de rumos, tudo indicando que esta definição não se faria tardar, orientando-se ou no sentido de uma total cubanização do País, ou na rota de uma reação fulminante contra o status quo atual. Solicitava, em conseqüência, de todos os companheiros, especialmente daqueles que participavam das altas responsabilidades de integrar o D.N. do Partido, uma atitude de vigilância, discricção e disciplina, para bem servirem ao Brasil em qualquer emergência que se lhe afigure próxima. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão às vinte e quatro horas*".<sup>71</sup>

Como a reunião foi iniciada às 21 horas, parece pouco plausível que tenha se resumido à "alongada exposição" de Plínio Salgado, embora não haja nenhum outro relato. Ressalte-se a ênfase na tese de que havia um golpe em curso ("cubanização do país") e na conseqüente caracterização do golpe como um sendo um "contra-golpe", exatamente conforme a versão difundida pelos golpistas, tanto durante a preparação do golpe como em sua justificação posterior. Esta tese é propalada até hoje, como se verifica, por exemplo, na posição de Élio Gaspari: "*Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no dispositivo militar e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial. (...) Se o golpe de Jango se destinava a mantê-lo no poder, o outro destinava-se a pô-lo para fora. A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda*".<sup>72</sup>

A intervenção dos integralistas fica evidente na articulação das "Marchas da Família por Deus e pela Liberdade", que mobilizaram parcelas da sociedade civil em defesa do golpe de Estado. A própria denominação das marchas remete ao lema integralista "Deus, Pátria e Família". As passeatas de Belo Horizonte e São Paulo foram as duas maiores manifestações públicas contra Goulart realizados antes do golpe, já que as marchas no Rio de Janeiro e outras capitais ocorreram depois de consumado o golpe.<sup>73</sup> Em outras cidades, como por exemplo Porto Alegre, a Marcha foi suspensa, "*a pedido das autoridades locais*", pois conforme a Ação Democrática Feminina, teriam "*desaparecido os motivos para sua efetivação, com vista à vitória das forças democráticas [sic]*". Da articulação da marcha mineira participaram diretamente o deputado federal Abel Rafael e os deputados estaduais do PRP Aníbal Teixeira e Sebastião Navarro. Já em São Paulo, Salgado foi um dos oradores principais da marcha, tendo em seu discurso apelado pela intervenção do II Exército para a deposição de Goulart, o que, segundo ele, "*causou pasmo nos homens responsáveis, mas vibrantes aplausos na multidão*".<sup>74</sup>

<sup>70</sup> PRP previu o desfecho da crise e a vitória da Revolução Democrática – Manifesto Integralista de Março. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, jun. 1964, p. 4. O manifesto, transcrito na seção anterior, foi assinado pela Bancada federal, já que a reunião não tinha caráter oficial e, portanto, não podia produzir deliberações.

<sup>71</sup> Ata do Diretório Nacional, 30.3.1964 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-Pprp 021.002.002).

<sup>72</sup> GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 51-52.

<sup>73</sup> Cf. FLACH, Ângela. "Os vanguardistas do anticomunismo": o PRP e os perrepostas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação em História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 2003, p. 71.

<sup>74</sup> Correspondência de Plínio Salgado a Oswaldo Sá, 24.5.1964 (APHRC-Pprp 64.05.24/38).

Ainda antes da realização da marcha, Salgado lançou um “manifesto às mulheres paulistas”, elogiando a iniciativa a elas atribuída e conclamando para a participação no ato: *“Eu vos envio esta mensagem de caloroso entusiasmo. É um entusiasmo conseqüente da leitura do vosso manifesto ao povo, conclamando-o para a grande marcha das Famílias, por Deus e pela Liberdade. Assinam este documento histórico trinta e três associações femininas, o que representa belíssima vitória de uma arregimentação executada, acima de tudo, pelos vossos corações. (...) Os audaciosos agentes do comunismo, infiltrados nos órgãos governamentais, dominando os sindicatos operários e as organizações estudantis, valendo-se das franquias das liberdades, que eles mesmos pretendem abolir, chegaram a extremos desrespeitos a tudo quanto representa a honra e os bríos nacionais. Atingindo o clima propício ao desencadeamento da ‘guerra revolucionária’, minuciosamente planejada por Moscou, resolveram não mais se conter nos limites dos debates do Parlamento; ou das polêmicas de Imprensa: foram para as praças públicas propor o fechamento do Congresso, a convocação de uma Constituinte, exatamente como Lenine fez na Rússia; exigir o voto dos analfabetos para desmoralizar o sufrágio democrático e subverter a hierarquia dos valores; reclamar a legalização do Partido Comunista; postular reformas que praticamente extinguem os direitos à propriedade; lançar indisciplina nos quartéis, e tudo com o prestígio do próprio Chefe da Nação. Imensa foi a perplexidade do povo brasileiro, do verdadeiro povo brasileiro [sic], que não é representado pelas assembléias dos comícios subversivos, mobilizados, conduzidos e alimentados à custa dos dinheiros públicos, mas sim pelas famílias cristãs que no labor das cidades e na faina rural, sustentam o teor histórico das virtudes da raça e dos sentimentos do cristianismo. Mas eis que ouvimos uma grande clarinada. São as mulheres paulistas que se levantam. São as intérpretes de um sentimento que não é apenas dos paulistas, mas de todos os brasileiros. A significação do vosso desfile vai ser compreendida por todo o Brasil, quando se aproxima a hora em que deve ser decidido o destino da Pátria”*.<sup>75</sup>

Em 28 de março, Salgado remeteu a Alfredo Buzaid, outro integralista com destacada participação na articulação do golpe, o “Manifesto às Mulheres Brasileiras”, e afirmava estar concluindo outro manifesto, que seria publicado como se tivesse sido escrito por estudantes de direito: *“O outro Manifesto já está escrito, mas depende de correções datilográficas e ligeiras alterações, pelo que lho enviarei dentro de dois dias. (...) Creio que ficou um bom trabalho, à altura de um documento de alunos de Direito, não abastardados pela submissão ao CGT, às mediocridades da UNE e à demagogia de semi-analfabetos que empestam o País. Como disse, dentro de 2 dias remeterei. Não será preciso dizer que tudo isto deve ficar em absoluto sigilo, entre nós dois. É possível também que lhe envie um esquema da organização feminina”*.<sup>76</sup>

Salgado escreveu outros documentos cuja autoria foi atribuída às mulheres. Consumado o golpe, sua intenção era apropriar-se do movimento para constituir uma entidade integralista, denominada Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria. Manifesto da entidade publicado logo após o golpe, a 5 de abril reivindicava *“o poder da mulher quando se ameaçam os fundamentos do Lar, da Religião, dos Direitos Humanos e da Soberania Nacional”*, reproduzindo claramente a concepção integralista sobre as “diferenças” entre Homem e Mulher, ressaltando a “intuição feminina”, e propondo uma “ação permanente” das mulheres: *“Nossa intuição feminina [sic] precedeu a tomada de posição hoje evidente, dos homens de nossa Pátria. A intuição possui sua lógica própria, superior quase sempre à do raciocínio em seus aspectos formais. Por isso, podemos dizer que os homens, em face dos fatos ocorrentes e das circunstâncias que os rodeiam, formulam pensamentos dos quais procuram deduzir conclusões,*

<sup>75</sup> SALGADO, Plínio. Mensagem às mulheres brasileiras. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 19.3.1964, p. 7 (APHRC-FPS 114.4.REC 64).

<sup>76</sup> Correspondência de Plínio Salgado a Alfredo Buzaid, 28.3.1964 (APHRC-Pprp 64.03.28/1).

ao passo que as mulheres, por uma sensibilidade inerente ao seu modo de ser, não precisam recorrer à articulação de premissas e construir silogismos: a verdade lhes vem instantânea, por um processo direto de interpretação. Não precisam de argumentos demasiados, provas concretas, evidências excessivas; suprem-se de impressões e percepções e com estas elaboram, subjetivamente, um quadro de realidades que escapa ao domínio da lógica formal. Podemos dizer que o homem é objetivo e a mulher subjetiva. O homem realiza, mas a mulher o desperta para a realização. E foi isso o que vimos a partir do início deste ano de 1964. (...) Devemos organizarmo-nos para uma ação permanente, uma constante vigília, uma campanha de esclarecimentos do Povo Brasileiro, incitando, cada vez mais, nossos maridos, nossos filhos, nossos pais, nossos irmãos, para que não durmam, para que se conservem alerta na defesa da Pátria. Com este manifesto, lançamos a Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria. É uma entidade de âmbito nacional. Conclamamos nossas patrícias para que venham cooperar nesta organização, que estabelecerá tarefas e missões específicas às associadas e grupos femininos que irão constituí-la em todos os Estados.<sup>77</sup> O documento está datado como “Domingo da Ressurreição de 1964”. O estilo de redação e o conteúdo do manifesto indicam que pode ter sido escrito por Salgado. Além disso, seria estranho que tivesse sido realmente escrito por mulheres, pois argumenta que as mulheres “não precisam de argumentos” e expõe premissas para afirmar que as mulheres “não precisam recorrer à articulação de premissas”.

Outro manifesto, que também parece ter sido escrito por Salgado, sustentava que “a revolução das armas está finda; mas a revolução das almas, encetada pelos movimentos femininos de Minas, de São Paulo, da Guanabara, do Rio Grande do Sul e de outros estados, há de prosseguir”.<sup>78</sup> Formada a Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria, seus Estatutos definiam como finalidade principal “fortalecer os sentimentos da família e promover-lhe a defesa como grupo natural da sociedade brasileira”.<sup>79</sup>

A participação dos integralistas na articulação golpista pode ser observada também pela sua movimentação no Rio Grande do Sul, em especial através do então Secretário da Administração Antonio Pires, que desempenhou funções tanto de articulação nacional das forças anti-Goulart, como na organização do movimento conspiratório no estado: “Um dos mais acérrimos lutadores que conheci contra a situação política empolgada pelos esquerdistas radicais foi Linhares, líder do PRP do Paraná. Tomando conhecimento da minha presença na Assembléia nas condições antes referidas, convidou-me para um contato pessoal com o General Aldévio Barbosa, Secretário de Segurança de São Paulo, com quem ele mantinha ligação. Lá estive. Trocamos idéias. Ajustamos os ponteiros. São Paulo tornara-se, efetivamente, um centro de resistência. Pouco depois – sempre no início de 1964 – Plínio Salgado convocou-me à capital paulista para um encontro com o Governador Adhemar de Barros, na mesma linha contra a possível bolchevização do Brasil. (...) Fui recebido por Adhemar de Barros, no Palácio dos Bandeirantes, imediatamente após ele ter conferenciado com o Governador Carlos Lacerda, encontro para o qual, diga-se de passagem, Plínio muito se empenhou, por entender que, apesar da rivalidade entre ambos, suas posições contrárias ao quadro nacional os aproximavam. Aqui chegando, fui logo convidado pelo Dr. Oscar Carneiro da Fontoura, então presidindo a FARSUL, para um almoço no reservado do restaurante do Palácio do Comércio, com a presença de Fábio de Araújo Santos, presidente da FEDERASUL; de Coelho Borges, representando a direção da FARSUL; e do presidente do Sindicato dos Bancos, cujo nome não lembro mas recordo que era Diretor do Banco da Província. Declinando a razão do encontro, Dr. Oscar disse que os presentes e suas entidades estavam preocupadíssimos com o panorama

<sup>77</sup> Sem título. Original Datilografado, 5.4.1964 (APHRC-FPS 006.007.005).

<sup>78</sup> Manifesto da Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria, s./d. Original datilografado (APHRC-FPS 019.013.003).

<sup>79</sup> Estatutos da Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria, s./d. (APHRC-FPS 019.013.013).

*político e dispostos a fazer alguma coisa. Pensavam em criar uma entidade para se opor à onda esquerdo-comunista, e para tanto dispensariam o necessário apoio financeiro. A respeito dessa idéia, queria ouvir-me, dada a minha conhecida atuação. (...). Ponderei que criar uma entidade não era o melhor caminho. Seria um ente suspeito, perante a sociedade, de estar laborando apenas em defesa de seus próprios interesses, nem sempre bem vistos por certos segmentos sociais. O ideal, segundo meu entendimento, seria que as entidades ali representadas apoiassem, de forma eficiente mas discreta, aquelas pessoas e aqueles organismos que já estavam em ação. Como exemplo concreto e imediato citei as providências preliminares que estavam sendo articuladas para realizar aqui a “Marcha da Família” – à semelhança do que ocorria em São Paulo e outros lugares. Os representantes das Três Federações concordaram com minhas ponderações e prontificaram-se a recolher o numerário necessário. (...) Fui autorizado a transmitir às organizadoras da “Marcha da Família” o conveniente respaldo financeiro, ponto de partida para outros apoios. Só que a “Marcha” não chegou a realizar-se, porque antes as tropas de Olímpio Mourão Filho marcharam sobre o Rio de Janeiro e a Nação toda levantou-se em 31 de março para 1º de abril”.*<sup>80</sup>

A escolha de Pires para a intermediação do repasse das verbas dimensiona a importância que desempenhou na articulação golpista naquele estado. O integralista Dolmy Tarasconi, que então era Diretor Geral da Secretaria da Administração, relata a participação integralista na organização das marchas, indicando que Pires foi seu coordenador estadual: *“antes da revolução teve o movimento da ‘Marcha da Família’, o Pires coordenava aqui no Rio Grande do Sul. Aquelas marchas no interior, eu mesmo fui coordenar em Esteio, Sapucaia”*.<sup>81</sup> Ainda de acordo com Tarasconi, Pires foi elemento chave da articulação golpista no interior do governo, chegando a acumular várias secretarias de estado: *“Antônio Pires, que era secretário da Administração, foi obrigado a assumir a Secretaria da Segurança Pública, (...) a Secretaria da Fazenda e mais a Secretaria da Agricultura no governo do Meneguetti. Ele assumiu quatro secretarias como interino, mais a Administração. (...) Aí ele foi defender o governo, durante o movimento revolucionário”*.<sup>82</sup> Consolidado o golpe, Pires foi indicado para integrar a Comissão de Expurgos no estado, o que evidencia que seguia contando com a confiança dos setores golpistas. O integralista Umberto Pergher, que era Engenheiro-Chefe de uma empreiteira, na cidade de Bagé, colocou à disposição do exército caminhões, dinamite e gasolina, e participou da formação de uma milícia, que deveria enfrentar a Brigada Militar caso esta interviesse em favor de Goulart.<sup>83</sup> Outro integralista da mesma cidade relatava a Salgado sua participação na conspiração e na formação daquela milícia: *“Foi realizado em Bagé um Movimento de Resistência Democrática, em princípios de Março, para cujo Movimento fomos convidados. Este Movimento era dirigido por 18 membros, a fim de fazermos através da Imprensa escrita e falada o combate ao comunismo e ao passado desgoverno de João Goulart. Com grande satisfação, tenho a informar ao Chefe que os dois elementos que mais se destacaram pela sua combatividade ao comunismo e ao desgoverno passado foram justamente os dois integralistas que dele faziam parte: dr. Telmo Candiota da Rosa, por sinal convidado para Presidir o Movimento, e este seu modesto mas sincero e leal seguidor. (...) Durante os dias da Revolução, estive de arma na mão, aquartelamento feito na sede do Jóquei Club, pertencente à Associação Rural de Bagé. A coisa aqui esteve muito feia com o caso dos sargentos, e os quartéis não tendo segurança interna, nós que estávamos armados na Rural era quem fazíamos a revisão nas*

---

<sup>80</sup> PIRES, op. cit., p. 96-98.

<sup>81</sup> CALIL, Gilberto, SILVA, Cátia e BATISTA, Neusa. *Depoimento de Dolmy Tarasconi*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2000, p. 45.

<sup>82</sup> Idem, ibidem, p. 46.

<sup>83</sup> Cf. CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1998, p. 41.

*estradas das saídas e chegadas da cidade, revisando todos os veículos que por lá passavam. Foi um grande serviço prestado pela Associação Rural de Bagé à Revolução. (...) O companheiro Pergher, inclusive, pôs os caminhões da Rodopav à disposição do Exército, o que felizmente não foi necessário. Éramos um total de apenas 80 homens, mas constava que éramos 500, 1000 ou mais. (...) Passamos 3 dias e 3 noites sem dormir, de vigília permanente, até que chegou a tão almejada vitória”.*<sup>84</sup>

Consumado o golpe, Salgado passou a veicular uma versão fantasiosa, sustentando que toda a mobilização e articulação que redundou no golpe foi conduzida pelo integralismo. Esta versão está presente em diversas cartas e telegramas, trazendo algumas informações plausíveis misturadas a evidentes exageros. Segundo ele, “*tudo o que foi feito salvação nacional teve origem integralismo*”.<sup>85</sup> Os eventos de Minas Gerais eram ressaltados, tanto no que se refere à construção de um ambiente favorável, como ao desencadeamento da ação militar: “*Nosso companheiro integralista Mourão tomou iniciativa Minas onde terreno preparado companheiros Abel Rafael e Aníbal Teixeira*”.<sup>86</sup> Os trechos de uma correspondência abaixo exemplificam seus principais argumentos: “*Antes de mais nada, falemos da revolução vitoriosa. Foi obra exclusivamente dos integralistas. Faz mais de um ano que venho tendo entendimentos com o nosso companheiro general Mourão, que foi o chefe do estado maior da milícia dos camisas-verdes, quando capitão. Ele preparou tudo no Rio Grande do Sul, quando comandava naquele estado. Transferido para São Paulo, como Comandante da 2ª Região Militar, encontramos numerosas vezes, tudo preparando em nosso Estado. Tendo o Jango transferido Mourão para Juiz de Fora, ali articulou todas guarnições de Minas. Ao mesmo tempo, os deputados Abel Rafael e Aníbal Teixeira, com discursos e conflitos de rua, criaram o clima propício entre os mineiros. Concomitantemente, nossos companheiros Pires e Hoffmann, secretários de Estado no Governo Meneguetti, agitaram o Rio Grande do Sul, articulando o movimento. Na mesma ocasião, agiam os companheiros do Paraná, de Pernambuco e do Ceará, com grande êxito. Nosso companheiro Coronel Astrogildo, da reserva do Exército, viajou por todos os estados, articulando. Na Marinha, o nosso companheiro Almirante Hasselman trabalhava ativamente, ali se extinguindo as dissensões oriundas dos acontecimentos de novembro de 1955, unindo-se todos os grupos inclusive o do Almirante Heck, que se tornou nosso aliado. Conversei com os governadores Meneguetti e Adhemar, que estavam firmes em suas decisões, assim como com Juscelino e Carlos Lacerda. Quando Goulart cometeu a insensatez do comício de 13 de março, a Bancada do nosso Partido na Câmara Federal foi a única que lançou um Manifesto à Nação, de tal maneira corajoso e violento que nos arriscávamos a ser incursos na Lei de Segurança. Em seguida fui a São Paulo, e na marcha de um milhão de pessoas, quando todos os oradores falavam em termos vagos, pronunciei um discurso apelando para as Forças Armadas e particularmente para o 2º Exército. Segui para o Rio, onde fiz a articulação dos sargentos, valendo-me da circunstância de serem os três presidentes dos Clubes de Sargentos (Marinha, Exército e Aeronáutica) nossos companheiros, bons integralistas. Isso de tal sorte que, existindo no Rio 12 mil sargentos, só compareceram na homenagem ao Jango 150. Faltava a iniciativa. Quem a tomou foi o General Mourão, nosso companheiro de ideal. Arriscou sua carreira e sua vida. Levantou Minas Gerais em peso. Cumpre dizer que o comandante da Força Pública em Minas, coronel Geraldo, é velho camisa-verde”.*<sup>87</sup>

A despeito dos exageros, diversas informações arroladas no relato de Salgado expressam a efetiva participação dos integralistas na articulação do golpe. Os diversos militares citados por Salgado – Mourão, Hasselman, Astrogildo -, eram efetivamente integralistas e é provável que

<sup>84</sup> Correspondência de Antonio Carlos Belló a Plínio Salgado, 26.5.1964 (APHRC-Pprp 64.05.26/1).

<sup>85</sup> Telegrama de Plínio Salgado a Tarquínio, 14.4.1964 (APHRC-Pprp 64.04.14/17).

<sup>86</sup> Telegrama de Plínio Salgado a Raimundo Rubes, 14.4.1964 (APHRC-Pprp 64.04.14/13).

<sup>87</sup> Correspondência de Plínio Salgado a Castorino, 23.4.1964 (APHRC-Pprp 64.04.23/2).

estivessem de fato em contato com Salgado. Da mesma forma, a participação de integralistas nas mobilizações em favor da deposição de Goulart foi relevante, em especial em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, da mesma forma que a intervenção dos integralistas no debate parlamentar contribuiu para o acirramento do confronto.

A participação dos integralistas no processo de deslegitimação do governo Goulart, nas articulações golpistas e nas mobilizações que criaram um clima propício ao desencadeamento do golpe militar é um elemento a mais a ser considerado na análise da ampla coalizão formada para a derrubada do governo Goulart e imposição de uma nova ordem ditatorial, contando com ramificações na sociedade civil, envolvimento de grupos políticos diversos e conspiradores militares, além do apoio financeiro, político e diplomático estadunidense. Embora tal intervenção tenha tido relativamente pouca visibilidade e seja normalmente desconsiderada pela historiografia, foi relevante e efetiva, cumprindo importantes funções na conspiração golpista.

#### Bibliografia citada:

- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FLACH, Ângela. “Os vanguardistas do anticomunismo”: o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação em História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 2003.
- GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GRAMSCI, Antonio O povo dos macacos (2.1.1921). In: *Escritos Políticos*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- POULANTZAS, Nicos. As classes sociais. In: ZENTENO, Raul Benítez. *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SAES, Décio. Classe média e política. In: FAUSTO, Bóris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertand, 1991.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- TRINDADE, Hélgio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 123-141.

#### Fontes Impressas

- CALIL, Gilberto, CARDOSO, Claudira & SILVA, Carla Luciana. *Depoimento de Arthur Bacchini*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1999.
- CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1998.
- CALIL, Gilberto, SILVA, Cátia e BATISTA, Neusa. *Depoimento de Dolmy Tarasconi*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2000.
- PIRES, Antonio. *Pelo PRP na política gaúcha*: Depoimento para o CDAIBPRP. Porto Alegre: mimeo, 1997.
- SALGADO, Plínio. *Despedida do Parlamento*: Discurso proferido na sessão de 3.12.74 pelo Deputado Plínio Salgado. Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1975.
- SALGADO, Plínio. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.